

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção trata das PECs e MPs aprovadas no Congresso Nacional durante o primeiro semestre, com especial destaque para a votação em primeiro turno da reforma da Previdência. Traz também os últimos resultados de pesquisas de opinião pública sobre avaliação do governo Bolsonaro e demais temas pesquisados.*

## Governo é fraco na articulação política

### Projetos aprovados

Durante o primeiro semestre o governo encaminhou 34 propostas ao Congresso, sendo dezoito medidas provisórias (MPs), quinze projetos de lei e uma proposta de emenda à constituição (PEC). Com a dificuldade de articulação política do governo, até o final do primeiro semestre legislativo apenas quatro propostas de Bolsonaro foram aprovadas: um projeto de lei e três MPs, a MP 870, MP 871 e MP 872 (duas delas com alterações).

O único Projeto de Lei de Bolsonaro aprovado pelo Congresso no período é o que autoriza o governo a gastar 248,9 bilhões de reais além do que constava na Lei Orçamentária de 2019, para cumprir a chamada “regra de ouro”, e conseguir realizar programas do seu governo até o final do ano, o que não seria possível sem esse valor suplementar.

Entre as Medidas Provisórias aprovadas está a MP 870 editada no primeiro dia de gestão, reduzindo o número de ministérios de 29 para 22, além de

mudar atribuições de órgãos do governo. O ponto mais polêmico dessa medida foi a tentativa de retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para passá-lo ao Ministério da Justiça e a retirada da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça, deixando sob responsabilidade do Ministério da Agricultura. O Congresso alterou a medida, mantendo os órgãos nos ministérios de origem, e a MP foi convertida em lei no início de junho.

A MP 871 também foi aprovada pelo Congresso com alterações. A medida cria um programa de revisão de benefícios e combate a fraudes no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Também chamada de pentefino, a MP prevê uma série de mudanças que impactarão a vida dos segurados do INSS, como a convocação de aposentados por invalidez com mais de 55 anos para as perícias médicas de revisão do benefício; o limite de prazo de até 180 dias da ocorrência do parto ou da adoção para requerer o direito ao salário-maternidade; a

supressão de prova testemunhal como forma de comprovação para a união estável ou dependência econômica para a requisição de pensão por morte; e o cumprimento de carência mínima de 24 contribuições mensais, para a concessão do benefício de auxílio-reclusão a ser concedido aos dependentes do segurado de baixa renda presos em regime fechado.

A outra medida convertida em lei, a MP 872/2019, estende até dezembro de 2020 o prazo de pagamento de gratificações destinadas a servidores requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU), perdeu a validade

A principal proposta de Bolsonaro tramitada na Câmara no semestre foi a PEC da reforma da Previdência. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em abril, na Comissão Especial no início de julho e no plenário da Câmara, em primeiro turno pouco antes do início do recesso parlamentar. A PEC é vista como essencial para o governo, e sua tramitação tem sido bastante difícil e exigido muitas concessões e liberação de emendas parlamentares, para, ainda assim, ter diversos pontos desidratados.

### Tramitação da reforma da Previdência

O texto base da reforma da Previdência (PEC 06/19) foi aprovado em primeiro turno por 379 votos favoráveis e 131 contrários, no dia 10 de julho. O resultado da votação superou com larga vantagem os 308 votos exigidos para aprovação.

Embora essa seja a principal vitória do governo Jair Bolsonaro até o momento, o resultado pode ser atribuído principalmente à articulação de Rodrigo Maia e demonstra o poder dele sobre a Câmara. Maia participou de dezenas de encontros, garantindo concessões e liberação de emendas feitas pelos partidos e acatadas pelo governo. Nas negociações, foi liberado 1,135 bilhão de reais em emendas parlamentares, sobretudo na área de saúde, em troca da aprovação.

Os partidos de oposição como PT, PSB, PCdoB e Psol fecharam questão para votar contra o projeto e, durante toda a sessão, denunciaram a troca de emendas por votos. Mesmo assim, a reforma passou em primeiro turno, atropelando prazos, sem

discussão dos destaques, indeferimento de pedidos, recusa de todos os requerimentos e ignorando vários estudos feitos pela oposição. para não atrasar a votação.

No cômputo geral, a distribuição dos votos por partido foi a seguinte: dezenove partidos deram orientação a favor da reforma, seis foram contrários e um partido liberou a bancada. Votaram a favor da reforma o PL, PP, SD, PTB, PSL, PSD, PRB, DEM, MDB, PSDB, Pros, PSC, Pode, Novo, Avante, PHS, Patriota e PMN. Além do PT, também votaram contra o texto principal da reforma deputados do PCdoB, PSB, PDT, Psol e Rede, e o PV liberou a bancada.

O PSB teve a menor fidelidade: o partido orientou voto contra e, dos 32 deputados, onze deram apoio à PEC, 34% da bancada. Entre os parlamentares do PDT, dos 27 deputados do partido, oito contrariaram a orientação do partido e votaram a favor da reforma.

O texto final passou com flexibilizações em pontos importantes do que havia sido proposto pelo governo, seja por pressão dos deputados da esquerda, seja de grupos específicos (policiais, professores etc.). Foram alteradas as regras de cálculo dos benefícios para trabalhadoras com contribuição mínima de quinze anos, houve redução da idade para policiais e agentes penitenciários e flexibilização de regras para professores na ativa. Também foi incluído pelo relator um dispositivo que aumentou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos.

Entre as novas regras para aposentadorias, consta no texto o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, aumento da idade mínima, ficando em 65 anos para homens e 62 para mulheres, aumento do tempo para se aposentar, chegando a quarenta anos de contribuição para um benefício igual a 100% da média, cálculo do benefício em relação à média de todos os salários, redução do valor do pagamento das pensões para viúvos ou herdeiros e criação de novas regras de transição para quem está na ativa e próximo a se aposentar.

Ficaram fora da proposta alterações nas regras para aposentadoria rural, redução do benefício de prestação continuada (BPC) e a possibilidade de ser instituída por lei complementar o regime de capitalização. Também ficaram fora os Estados e Muni-

cípios, cuja inclusão deve ser retomada no Senado e, se aprovada, voltará à Câmara como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) exclusiva.

A votação do segundo turno da reforma da Previdência ficou para a volta do recesso parlamentar e terá início dia 6 de agosto. Governo e parlamentares precisarão trabalhar para manter a votação no segundo turno, quando a PEC precisará novamente do voto favorável de ao menos 308 deputados.

A seguir, a PEC será enviada ao Senado, onde terá até trinta dias para análise da constitucionalidade da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, seguida de discussão para votação, também em dois turnos, onde precisa de 49 votos favoráveis. A previsão é que a PEC da reforma da Previdência seja analisada até outubro. O senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) é um dos cotados para ser o relator. Se os senadores mexerem no projeto, ele voltará para a Câmara.

No retorno do recesso é papel da oposição continuar lutando para minimizar os prejuízos da reforma para os trabalhadores, esclarecendo a população de que a reforma da Previdência representa um grande retrocesso para a sociedade porque não enfrenta os privilégios, não corrige as grandes distorções e protege os verdadeiros responsáveis pelo desequilíbrio fiscal do país. Defendendo um Estado soberano, democrático e inclusivo e denunciando a compra de votos, por meio da liberação de bilhões de reais de dinheiro público em troca de emendas de deputados, aos moldes da velha política, tão criticados pelo governo.

### Pesquisa Datafolha

Em julho, o Instituto Datafolha divulgou uma série de dados de opinião pública sobre a política nacional e temas conjunturais. A pesquisa foi realizada entre 4 e 5 do mês, mas os dados foram divulgados paulatinamente. Serão destacados os resultados de avaliação e percepção relacionados ao governo, as expectativas em relação à Presidência de Jair Bolsonaro e à economia, entre outros temas.

Segundo o Instituto, o governo Bolsonaro tem avaliação positiva de 33% e negativa também de 33%, enquanto 31% avaliam que Bolsonaro faz um governo regular. Os segmentos que avaliam melhor o

governo são os homens (38% de avaliação positiva), os entrevistados que têm renda familiar mensal de mais de dez salários mínimos (52% de avaliação positiva), os evangélicos (41%), os brancos (42%) e os sulistas (42%). O pior desempenho do governo se dá entre os que possuem renda familiar mensal menor do que dois salários mínimos (38% de avaliação negativa), desempregados (40%) e assalariados sem registro em carteira (44%), estudantes (50%), pretos (43%), candomelecionistas/religião matriz afro-brasileira (47%), sem religião (45%) e nordestinos (41%). Mesmo entre os entrevistados que declararam voto no atual presidente, há 9% de avaliação negativa, 29% regular e 60% positiva.

Jair Bolsonaro é o presidente eleito em primeiro mandato com menor aprovação e maior rejeição nos primeiros seis meses. Mesmo Fernando Collor, que confiscou a poupança dos brasileiros logo no início de seu mandato, possuía avaliação positiva de 34% e negativa de 20%. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (40% positiva e 17% negativa), Luiz Inácio Lula da Silva (42% positiva e 11% negativa) e a ex-presidenta Dilma Rousseff (49% positiva e 10% negativa) estavam com popularidade maior no sexto mês de seus primeiros mandatos.

O instituto questionou sobre o desempenho do governo nos seus primeiros seis meses. Para 61% dos entrevistados, o governo Bolsonaro fez pelo país menos do que o esperado. Entre os desempregados e estudantes, este número sobe para 71% e 70%, respectivamente, e a incidência também é maior que a média entre os pretos (68%) e indígenas (70%). Entre os que votaram em Bolsonaro, a maioria (41%) acredita que o presidente fez menos que o esperado, enquanto 35% afirmam que foi feito o que esperavam, e 21% mais que esperavam.

De acordo com a pesquisa, 58% dos brasileiros não sabem ou não conseguem apontar uma medida positiva do governo Bolsonaro. O número dos que afirmam que o governo não fez nada de positivo é de 39%, e é maior entre as mulheres (45%) e os entrevistados da região Nordeste (46%). O Datafolha coletou respostas espontâneas sobre quais as medidas consideradas negativas, sendo as com maior menção o decreto das armas (21%), a reforma da Previdência (12%) e os cortes de bolsas e de

verbas nas universidades (3%). Nas perguntas com resposta espontânea, o entrevistador não apresenta uma lista de respostas, ou no caso, de medidas.

Do total, 51% acreditam que Bolsonaro fará um governo ótimo ou bom: houve queda de oito pontos percentuais em relação ao mensurado em abril deste ano. Há uma tendência generalizada de inflexão das expectativas políticas e econômicas em relação ao que a população pensava no final do ano passado. Em dezembro, 27% acreditavam que a inflação iria aumentar, número que aumentou para 45%. A expectativa de aumento do desemprego também subiu de 29% para 45% em seis meses, crescimento visto também em relação ao poder de compra (a expectativa de diminuição foi de 18% para 31%), ao crescimento da corrupção (19% para 43%). Houve queda substancial dos que acham que a situação econômica do Brasil irá melhorar, de 65% para 46%.

De acordo com o instituto, 63% têm conhecimento da Vaza Jato. Consideram inadequada a conduta de Moro revelada nas conversas 58% do total, mesmo número que acha que as decisões do ex-juiz deveriam ser revistas. Não houve alteração, no entanto, do número dos que consideram a prisão de Lula justa ou injusta (54% e 42%, respectivamente). A avaliação da Operação Lava Jato também não sofreu alterações significativas (55% positiva, 24% re-

gular e 18% negativa).

A pesquisa também traz os dados de preferência partidária. O Partido dos Trabalhadores segue como o com maior preferência entre os brasileiros, com 17%, seguido do PSL (4%), do MDB (2%) e do PSDB (2%). O Partido Novo, o PDT, o Psol e o PSB foram mencionados por 1% cada. Entre os indígenas, a preferência pelo PT é de 40%, e o número também é alto entre os que se declaram de cor preta (25%). No Nordeste, o PT é preferido por 23% dos entrevistados e entrevistadas. Do total, 62% dizem não ter preferência por nenhum partido.

O Datafolha também mediu a percepção dos brasileiros e brasileiras sobre o uso de agrotóxicos no país. A liberação de produtos proibidos em inúmeros países tem sido uma política do governo Bolsonaro para o agronegócio. Dos entrevistados, 72% afirmam que os alimentos consumidos em casa e produzidos no Brasil têm mais agrotóxicos do que deveriam, e 78% declaram que o consumo de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos é inseguro para a saúde humana. Os números demonstram um descompasso entre a política adotada pelo governo, em especial pelo Ministério da Agricultura, e a opinião pública.